

===== **ACTA DA SESSÃO TEMÁTICA SUBORDINADA AO TEMA “IGUALDADE NA DIVERSIDADE – POR UMA SOCIEDADE JUSTA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E SETE** =====

===== Aos vinte e quatro dias do mês de Outubro do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu, em **Sessão Temática subordinada ao tema “Igualdade na Diversidade – Por uma Sociedade Justa**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência da 1ª Secretária **Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena**, Secretariada pelos Senhores: **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **Dr. António Isidro Marques Figueiredo** – Membro da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, José Alves da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes e Manuel Figueiredo Pereira. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Joaquim Manuel Monteiro Soares, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Narciso da Silva Pinho, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Alberto Vieira Dias. =====

===== **Independentes:** Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira. =====

===== **E a ausência do seguinte Membro:** Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves, Miguel Mendes da Silva, António de Jesus Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares e Óscar Fernando Soares de Oliveira. =====

===== Antes de dar início à Sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício verificou a identidade e legitimidade do Senhor Joaquim Manuel Monteiro Soares, que marcou presença nesta Assembleia, para substituir a sua colega de Partido Dra. Maria Helena Terra de Oliveira, em virtude da mesma ter solicitado a sua substituição. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declarou: =====

=====*Boa noite a todos. As nossas desculpas por este ligeiro atraso, mas hoje acho que se justifica. Jogavam o Porto e o Benfica, portanto um bocadinho mais de espaço para verem o futebol. Vamos dar início a esta Sessão Temática, associando-nos desta forma ao Plano Nacional de Acção do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos, proposto pela Estrutura de Missão. Reunidas, penso eu, que estão todas as condições, à excepção da Mesa que ainda não está formada. Eu pedia ao Dr. Isidro Figueiredo que fizesse parte da Mesa por favor. Estamos agora em condições de começar e dar-vos a conhecer que temos entre nós dois convidados, que vão ser os oradores nesta nossa Sessão, e são eles o Senhor Dr. Luís Pascoal e o Senhor Prof. Rogério Cação. Pedia-lhes, aos dois, que se juntassem também a nós aqui nesta mesa, por favor. Muito obrigado aos dois. Vamos iniciar esta nossa Assembleia Temática, cujo tema é “Igualdade na Diversidade por uma Sociedade Justa”.*=====

=====*A 1ª Secretária deu início à Sessão.*=====

=====**PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)**=====

=====**Tema:** “Igualdade na Diversidade – Por uma Sociedade Justa”.=====

=====*Pela Prof. Isabel Vilhena, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fez a seguinte intervenção:*=====

=====*Ex.ma Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes Elementos da Mesa da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores Vereadores: Neste ano de 2007 assinala-se na Europa o Ano da Igualdade de Oportunidades para Todos. Uma decisão da Comunidade Europeia à qual o Município de Oliveira de Azeméis aderiu desde a primeira hora e que nos faz, hoje, estar aqui reunidos para debater essa temática. Por isso, neste momento gostaria de fazer um sincero agradecimento a todos os Membros da Assembleia Municipal e ao Público que aceitaram estar presentes nesta Assembleia Temática. Mas, naturalmente, sou obrigado a dirigir um especial agradecimento ao Dr. Luís Pascoal, do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, e ao Dr. Rogério Cação, da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, por terem aceite o nosso convite e nos brindarem com as suas avalizadas intervenções, fruto da experiência dos cargos que desempenham. Meus Senhores e minhas Senhoras: As questões inerentes à igualdade de oportunidades são matérias muito caras a Oliveira de Azeméis, um Município que tem sabido estar na linha da frente no que diz respeito à solidariedade com os mais desfavorecidos. É, pois, com imensa satisfação que nos debruçamos uma vez mais sobre um tema que tem uma abrangência muito elevada e toca em áreas como a religião, a deficiência, a idade, a raça, a etnia ou o sexo e a orientação sexual. A tudo isto acresce, nos dias que correm, as dificuldades acrescidas, devido ao contexto económico difícil a nível nacional e internacional que potencia os níveis de discriminação. É nos momentos de maior crise económica que se agravam os conflitos sociais e surgem novos focos de discriminação. Por tudo isto, importa estar mais atento e alerta para a realidade. Proporcionar uma permanente reflexão na sociedade insere-se nos nossos deveres enquanto Autarcas. Espero que este nosso diálogo nos permita desenvolver acções no sentido de minorar e evitar os problemas de injustiça. Saibamos aproveitar estes momentos para, de forma consciente, traçarmos novos rumos e continuarmos a intervir vigorosamente na formação da sensibilidade da nossa sociedade diminuindo os preconceitos que estão na base da desigualdade de oportunidades para todos os nossos cidadãos. Muito obrigado.*=====

===== *A Assembleia Municipal aplaudiu.* =====

===== *A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, interveio da seguinte forma:* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente pela sua intervenção. A partir de agora estão abertas as inscrições para os Grupos Parlamentares que queriam fazer a sua intervenção.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Dr. Isidro Figueiredo e da Dra. Ana de Jesus.* =====

===== *A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, deu a palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, que fez a seguinte intervenção:* =====

===== *Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caro Prof. Rogério Cação, caro Dr. Luís Pascoal, caros Membros desta Assembleia, caros Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Assinala-se, em 2007, por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidade para Todos. Antes de mais, sublinho, em nome da Bancada Parlamentar que aqui represento, a importância da realização desta Assembleia Temática, integrando-a nas inúmeras iniciativas que se têm desenvolvido neste âmbito, um pouco por todo o lado e a que, nem este Órgão Autárquico, nem Oliveira de Azeméis, poderiam ficar indiferentes. Constitui uma oportunidade para que se promova a construção de uma sociedade mais justa e para que todos tomemos consciência dos benefícios de uma sociedade assente em valores como o da solidariedade, da justiça, da igualdade, da fraternidade e, sobretudo, da coesão. Uma iniciativa que nos deve levar à adopção de atitudes e comportamentos não discriminatórios, praticá-las e divulgá-las junto dos nossos concidadãos, de modo a que se ultrapasse este factor de desigualdade e de injustiça. Esta Assembleia assume-se também como um espaço de reflexão e de sensibilização para esta temática, que urge ser motivadora da necessária mudança. A este propósito, nas pesquisas de dados disponíveis sobre este assunto, encontrei dados relevantes, que nos elucidam bem sobre o caminho que ainda temos de percorrer. O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos divulgou, no início deste ano, os resultados de um inquérito levado a efeito nos vários países que constituem a União Europeia, sobre a luta contra a discriminação. E os dados são ao mesmo tempo inquietantes e também despertam a esperança de que possa haver uma efectiva mudança de práticas e mentalidades. Segundo esse inquérito, mais de metade dos europeus pensam que não se está a fazer o suficiente para combater a discriminação nos respectivos países. Além disso, uma grande maioria dos inquiridos é da opinião de que a discriminação continua a existir e é muito comum. Uma ampla maioria de europeus crê que ser deficiente, e são cerca de 79% que assim pensam, ser cigano, ter mais de 50 anos ou uma origem étnica diferente constitui uma desvantagem na sociedade em que vivem. E sublinha-se ainda, nesse estudo que, quando se trata de arranjar emprego, a deficiência e a idade são os dois factores que, segundo os europeus, mais contribuem para colocar os candidatos em desvantagem. Cerca de oito em cada dez inquiridos considera que, com qualificações equivalentes, uma pessoa de cinquenta anos ou mais, tem menos oportunidades de arranjar emprego ou ser promovida em comparação com alguém com menos de cinquenta anos. O mesmo se verifica no que se refere aos deficientes comparativamente às pessoas sem deficiência. Muitos dos que responderam a este inquérito entendem que, para as mulheres, as responsabilidades familiares constituem um*

obstáculo ao acesso aos lugares de chefia. Mas também é verdade, segundo esta mesma fonte, que os europeus estão prontos para a mudança, com uma ampla maioria a favor da adopção de medidas destinadas a promover a igualdade de oportunidades para todos. Neste sentido, queremos lembrar que todos e cada um têm o direito à igualdade e que se deve combater todo o tipo de discriminação. Despertar as consciências para a problemática das discriminações múltiplas que ainda subsistem na vida real dos cidadãos europeus e de cada localidade em particular. E que importa, neste sentido, desenvolver a reflexão e o debate sobre as diversas formas de aumentar a inclusão das vítimas de discriminação, de favorecer o equilíbrio de participação entre homens e mulheres, de facilitar a diversidade e a igualdade, de um modo geral e, em particular, no contexto do nosso Município. Nós também nos queremos incluir nesta larga maioria dos que acreditam, e tudo farão, para que se adoptem medidas eficazes tendo em vista o combate das desigualdades. E não são apenas as barreiras físicas que é necessário derrubar. São também aquelas que ainda constituem obstáculo efectivo a um tratamento de igualdade perante todas as oportunidades e que não segreguem em função de sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual. Isso mesmo está inscrito na nossa Constituição da República. Isso mesmo terá de estar inscrito nas nossas práticas quotidianas. =====

===== Seguidamente, a Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, deu a palavra à Dra. Ana de Jesus, do PS. =====

===== Boa noite a todos. Um cumprimento especial para os convidados desta noite. Há aqui uma parte na minha intervenção que fica muito colada ao que o Dr. Isidro disse, mas eu penso que são números que convém reafirmar e que não devem sair dos nossos ouvidos e, por isso, vou ler na íntegra o que escrevi. No ano 2000 as Leis Europeias para a Igualdade consagraram ilegal a discriminação com base na raça ou etnia, orientação sexual, crença ou idade. Estas Leis adoptaram disposições muito completas ao nível da União Europeia para promover a igualdade entre os homens. Estamos no ano 2007 e a maior parte da população europeia acredita que a etnia, religião, deficiência, orientação sexual ou idade podem ser um obstáculo para encontrar emprego, mesmo quando estamos perante qualificações equivalentes. Na verdade, na Europa, e em média, as mulheres ainda recebem 15% menos do que os homens no desempenho das mesmas funções e o desemprego afecta, globalmente, mais as mulheres que os homens. Elas ocupam um quarto dos lugares nos Parlamentos Nacionais dos Países Membros, e os Movimentos Associativos de Defesa dos Direitos das Populações Migrantes, são na sua maioria dirigidos por homens, pelo que os problemas e necessidades específicas das mulheres desses grupos tendem a ser invisíveis. Os trabalhadores mais velhos têm uma taxa de emprego inferior em 20% em relação às restantes faixas etárias. Entre os jovens o desemprego é mais do dobro da média global europeia. A população idosa, maioritariamente feminina, aufere pensões de reforma muito baixas, colocando-as em risco de pobreza. Os 10% de cidadãos europeus portadores de deficiência, têm uma dificuldade superior na obtenção de um emprego. Os jovens europeus, “gays”, lésbicas, bissexuais ou transexuais, mais de metade, já foram alvo de discriminação nas escolas ou nas famílias. Toda esta realidade significa que as Leis, apesar de decisivas, só por si não chegam para pôr fim à discriminação. Muitas pessoas continuam ainda privadas de iguais oportunidades e as sociedades europeias estão a deixar escapar o que têm de mais rico: a diversidade de talentos. Por ser esta a realidade é que o Parlamento Europeu e o Conselho decretaram o ano 2007 como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Estou verdadeiramente convencida que as percentagens atrás referidas, que não nos podem deixar indiferentes, não alterarão se cada cidadão não

interiorizar que essa tarefa cabe em primeira linha a cada um individualmente. Impõe-se que comecemos a olhar para os nossos comportamentos e atitudes. O preconceito não é algo exterior a nós, faz parte de uma atitude individual que se reflecte na comunidade, na região, no país, no mundo. Por isso, alguém dizia que o preconceito se combate nos pequenos lugares, próximos das pessoas. Esta sensibilização próxima é a causa desta Assembleia Temática. Não precisamos de querer mudar o mundo, aspiremos tão só a mudar as nossas famílias, as nossas escolas, as nossas empresas. Isto porque na nossa região a igualdade de oportunidades não é ainda uma realidade. Exemplificativos disso são os muitos processos instaurados nas Comissões de Protecção de Menores, que têm na sua base a problemática do abandono escolar. Muitos dos nossos meninos e meninas, porque são diferentes, pois infelizmente o seu percurso de vida foi diferente, deparam com uma escola estereotipada, que não é inclusiva das diferenças. Exemplificativo disso é a entrada nos nossos tribunais de participações de factos que integram o crime de maus tratos a cônjuge ou a ele equiparado, nos quais mais de 90% das vítimas são mulheres. Exemplificativo disso é o nosso mundo empresarial onde poucos estão abertos a dar emprego a deficientes e muitos remuneram trabalho igual com salário diferente. Por fim, exemplificativo disso é a composição desta Assembleia Municipal, onde num universo de quarenta e seis, quarenta e um são homens e cinco são mulheres. A discriminação é devastadora para aqueles a quem afecta directamente. Se queremos um Concelho, um País, uma Europa competitivos, prontos para enfrentar o Mundo Globalizante, todos têm que ter as mesmas hipóteses, as mesmas oportunidades. Ao Poder Político Local cabe, como entidade empregadora e prestadora de serviços, tratar todos os cidadãos como iguais e ser pioneiro nesta onda de sensibilização a um mundo igual na diversidade, tudo por uma sociedade mais justa. Em atitude simbólica, a minha Bancada irá entregar as senhas de presença desta Assembleia a uma associação local que luta pela inclusão, que luta por um mundo igual para todos. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =

===== Muito obrigado Senhora Dra. Ana de Jesus, pelo contributo que deu a esta nossa Assembleia Temática. Dado que não temos mais ninguém inscrito das Bancadas Parlamentares, passaríamos de imediato à intervenção do Senhor Dr. Luís Pascoal, Membro da Estrutura de Missão do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos, em representação da ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural). =====

===== Pela Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi concedida a palavra ao Senhor Dr. Luís Pascoal, Membro da Estrutura de Missão do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos. =====

===== Muito boa noite a todas e a todos, muito boa noite aos Elementos da Mesa e meus Companheiros na apresentação deste tema. Um agradecimento muito especial a esta Autarquia, a esta Assembleia Municipal, de consagrar uma noite com tantos atractivos a abordar este tema da discriminação e da igualdade de oportunidades. Dado o esforço que representa estarmos aqui todos, queria ser muito breve nas minhas palavras, muito incisivo e falar daquilo que a nossa experiência nos aponta como principais dificuldades nesta temática da criação de igualdades de oportunidades. Todos nós, hoje, reconhecemos a diversidade da nossa sociedade. Todos nós, hoje, reconhecemos a existência de outras presenças, outras nacionalidades, outras culturas, outras religiões, portanto, de cidadãos que são portadores de deficiência, de cidadãos que são mais idosos, mais jovens. Todos reconhecemos esta diversidade. É um facto a nossa sociedade portuguesa ter enriquecido muito, e rapidamente, com diversas culturas e presença de

uma diversidade, que representa já, em Portugal, uma vasta população mundial. Temos neste momento em Portugal, um dado para satisfazer a curiosidade, a representação de cento e setenta e seis nacionalidades na nossa imigração e mais de duzentas e doze línguas, o que significa uma realidade diferente daquela que tínhamos há vinte anos atrás na nossa sociedade. Mas, igualdade de oportunidades, diversidade na nossa sociedade e não discriminação, são conceitos distintos. Temos uma sociedade diversa, mas não temos uma sociedade que não discrimina. Temos uma sociedade muito discriminatória. E a discriminação, como já disse aqui a Senhora Representante da Bancada Socialista, é um factor individual e é, sobretudo, um factor que não tem nenhuma moralidade. Nós não discriminamos porque somos maus, nem não discriminamos porque somos bons. Nós discriminamos, porque nem nos apercebemos disso. Nós discriminamos, porque nós não damos valor à diferença. Nós discriminamos, porque fazemos uma Assembleia para abordar a questão da igualdade de oportunidades de combate à discriminação e não temos um tradutor de língua gestual, e todos os nossos concidadãos surdos não podem estar aqui, porque sabem que se vierem vão perder tempo, não ouvem nada. E este, é o aspecto central da discriminação. A discriminação é uma coisa da qual a nossa prática quotidiana não se apercebe na maior parte dos casos. Citei este exemplo, simplesmente porque acho que o maior perigo, a pior grama do combate à discriminação, é nós imaginarmos que não discriminamos. Esse é o primeiro passo para consolidarmos a discriminação. Nós todos discriminamos e todos temos que ter a preocupação de perceber porque é que discriminamos e aonde é que discriminamos. Depois deste tópico da discriminação, só queria falar de quatro realidades, onde nós temos necessidades de promover um combate, especialmente intenso, na questão da discriminação. Primeiro, e não lhe queria dar aqui nenhuma ordem de valores, vou falar do habitualmente menos considerado, a questão dos idosos. O que é que diz a nossa Lei Portuguesa sobre a discriminação etária? Diz que é proibido discriminar, é completamente proibido discriminar em função da idade. No entanto, todos nós abrimos um jornal de ofertas de emprego e vimos lá uns malfadados trinta e cinco anos, até aos trinta e cinco anos, que surgiram não se percebe porquê. Vê-se técnico de contas até aos trinta e cinco anos, vê-se limpador de ruas até aos trinta e cinco anos, vê-se engenheiro até aos trinta e cinco anos, advogado até aos trinta e cinco anos. Não se percebe onde é que nasceu os trinta e cinco anos. Eventualmente, entenderíamos que fossem trinta e três anos, porque sempre havia a idade do Cristo, em que morreu o Cristo, e uma pessoa podia pensar que efectivamente é uma idade limite para qualquer coisa. Mas trinta e cinco anos, porquê trinta e cinco e não trinta e seis? Mas o grave é que o Estado também tem isto, o Estado põe isto, diz que não se pode ir para polícia até aos vinte e quatro anos. Porquê? O que é que se passou naquele fatídico dia dos vinte e quatro anos? Pode-se ter a mesma capacidade física, pode-se ter a mesma competência, poder até ter mais, a mesma qualidade. Porquê aquilo? Porque é uma prática social. Não tem nenhuma justificação, não há ninguém capaz de justificar isto, mas tornou-se moda, copia-se o anúncio e põe-se trinta e cinco anos. Criou-se essa meta. Só que esta meta tem um factor de destruição da possibilidade das pessoas colaborarem na sociedade, porque aos trinta e três se eu perder o emprego fico aflito e aos trinta e seis estou destruído, estou perdido, já nem tenho capacidade de procurar emprego. E isto traz-me não só um problema de pressão psicológica, como trás também uma distorção da necessidade do nosso mercado de trabalho ter a mobilidade de que todos falamos. Todos nós achamos que é preciso mobilidade, qualificação e em vez do limite dos trinta e cinco anos deveria estar lá no anúncio as competências necessárias e a possibilidade de obter competências. Este é um exemplo flagrante que toda a gente tem de combater. E como se combate isso? Isso tem-se mesmo de combater protestando, é preciso não permitir aos empregadores que anunciem com limites de idades. É proibido, mas além de ser proibido é anti-social, devia ser uma vergonha para uma empresa pôr isto, ou para o Estado, ou

para uma Autarquia, pôr isto lá no anúncio. Isto é além de crime, porque é punido por Lei, absurdo. É uma questão que se sobrepõe à não aplicação da Lei e, às vezes, o combate a uma Lei que não é boa, é necessário e os cidadãos devem promover a correcção das Leis. Mas neste caso é completamente absurdo. Outro domínio onde nós temos que incentivar preocupação de combater a discriminação na nossa prática, é relativo à diferença de sexos, havia mulheres e homens. Também ouvimos aqui dizer que nesta própria Assembleia há quarenta e seis elementos, há quarenta e um masculinos e cinco femininos. Felizmente que houve agora a Lei da Paridade. Porquê? Não porque as mulheres não sejam competentes para o exercício da política e não é preciso nenhuma ajuda especial para a falta de competência. O que é preciso é que a vontade de o próprio participar na política não resulta na sua participação política, a não ser em duas situações: na candidatura individual a Presidente da República, que qualquer cidadão pode tomar essa iniciativa; ou participar em listas para as Autarquias, as Câmaras Municipais, mediante iniciativas independentes. Todas as outras nossas participações políticas fazem-se através dos Partidos Políticos e, portanto, mesmo que eu queira muito ser Deputado desta Assembleia, se não for incluído numa lista em lugar elegível, não sou, mesmo que eu tenha muita, muita, vontade. Portanto, há um tampão entre a qualidade das mulheres, a sua vontade da participação política, e a efectiva possibilidade de o fazerem fora das condições de independentes ou de candidatas à Presidência da República. É que têm de ser inscritas nas listas dos Partidos. Tem um filtro que independentemente da sua vontade, ou da sua competência, limita a sua possibilidade de atingir este patamar. E, portanto, a Lei da Paridade vem corrigir isto, de uma forma insuficiente quanto a mim, porque era necessário colocar aquele terço em lugar elegível e era preciso, eventualmente, também dividir o terço do restante. A Lei diz que um terço tem que ser homens, um terço tem que ser mulheres e fica o outro terço, eventualmente, para mais homens. E como também não coloca aquilo numa lista de lugares elegíveis, não facilita isso. Eventualmente, o terço das mulheres é o último e, portanto, ficamos na mesma com o mesmo problema. Mas enfim, já foi um passo, já foi um passo. E este combate da discriminação por sexo, é necessário levá-lo para a vida activa, é necessário mesmo obrigar os homens a partilharem as responsabilidades familiares, obrigá-los. A Lei já obriga, agora os pais têm que, pelo menos, ter cinco dias para exercer a tal responsabilidade da paternidade. Deviam dividir os meses ou, pelo menos, aproximar-se disso, porque de facto a responsabilidade de partilhar o trabalho doméstico, o tratamento da família, devia ser partilhado e devia resultar daquele contrato a que se chama casamento e que tem ali cláusulas de partilha. Esse, é outro combate importante a travarmos. O outro combate, é o da discriminação racial. Chegou-se à conclusão que não existem raças, que não há nenhuma raça, há uma única espécie humana. Está comprovadíssimo cientificamente. A diferença entre um louro escandinavo e um preto do Congo, é puramente superficial, são características que correspondem a uma evolução superficial da espécie humana, adaptada a factores de contingência climática. Por que é, eventualmente, mais provável um órgão dum congolês preto ser compatível comigo, em caso de eu querer fazer um transplante do fígado ou do coração, do que o de um escandinavo louro? Porque somos uma mesma espécie que se reproduz entre si em qualquer das composições. Portanto, essa divisão de raças é um conceito cultural, que se implantou no século XVIII, a partir dos finais do século XVIII e que se difundiu no século XIX. Mas independentemente desse conceito, nós acrescentamos à questão da raça a etnia, portanto, diferenças étnicas que já são mais também culturais do que propriamente essa coisa da espécie biológica. E nós entendemos, os Portugueses entendem, que nem sequer são muito racistas. É uma convicção generalizada que não somos racistas. No entanto, nós perseguimos os nossos cidadãos ciganos, de todas as formas e feitos e há mais de quinhentos anos. Já fizemos tudo: já os mandamos para afogar, já dissemos que eram iguais a nós e as duas coisas foram tão más uma como a outra, porque não

lhes reconhecemos a diversidade cultural. E, portanto, enquanto não lhes respeitarmos a diversidade cultural, nós continuaremos a persegui-los. Temos que encontrar na cultura cigana valores que nós podemos partilhar. E, tal e qual como uma mola, quando falamos em ciganos falamos logo em tirar os miúdos da escola, casam os miúdos cedo, vivem em condições insuportáveis, sujam tudo, espalham tudo e fazem barulho... Nunca pensamos nos ciganos como um cultura que não tem idosos abandonados, que não necessita de dramas com a solidão dos seus idosos. Nunca pensamos que se agrupam em famílias sólidas, que é aquele sonho todo que nós temos dos primos, dos tios, dos amigos, das visitas. Portanto, não somos capazes de encontrar valores na cultura cigana que nós devamos respeitar e até alguns deles com os quais nós sonhamos ter, sonhamos ter alguns daqueles valores. Os ciganos deviam ser uma nossa preocupação, não só de compreender como respeitar alguns costumes e estabelecer uma ponte com pilares nas duas margens. A pior atitude que nós temos, é que nós queremos, cada vez que trabalhamos nas questões dos ciganos, que os ciganos se tornem como nós, deixem de ser ciganos e passem a viver como nós, ir para o trabalho, ter horários, ir para a escola. Não é isso que é o respeito pela diversidade cultural. Eventualmente, temos de arranjar pontes em que as duas sociedades consigam partilhar o espaço em que vivem melhor. O último aspecto, o quarto que eu queria focar, é o da orientação sexual. A discriminação relativa à orientação sexual, pior do que estas outras que eu disse, ou mais ou menos como a dos ciganos, tem um factor positivo. Nós hoje em dia, na nossa conversa de café, já não admitimos que o vizinho do lado diga “eh pá, eu cá bato na mulher e pretos nem os quero ver”. Há uma série de coisas que nós não admitimos na nossa conversa social, que provocam a vergonha social. Uma pessoa que diz isto, os outros incomodam-se com este discurso. No entanto, se uma pessoa disser “eh pá, eu não quero nada com maricas”, é uma coisa não só aceite como até positiva, as outras pessoas ao lado, sobretudo os homens, temos aqui nesta conversa também uma diferença de género, os homens até acham muito bem. Não há nenhuma vergonha social nesta discriminação. Esta discriminação ainda é aceite como positiva na nossa cultura. Nós interpretamos esta nossa atitude discriminatória como um factor construtivo, positivo, de valor cultural na nossa sociedade. Antes de conseguirmos que a discriminação seja objectivamente determinada, temos primeiro de dar este primeiro passo, é que haja condenação social a esta discriminação, que essa pessoa tenha vergonha de discriminar o outro por este motivo e que isto tenha um enquadramento positivo na nossa sociedade. Era tudo, muito obrigado. =====

===== A Assembleia Municipal aplaudiu. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =

===== Muito obrigado Senhor Dr. Luís Pascoal, pela sua intervenção, pelo seu empenho, pela sua determinação no tratamento destas problemáticas. Muito obrigado também pela sua chegada quanto às cotas, muito obrigada. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Rogério Cação, da FENACERCI (Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social). =====

===== Eu tinha, de facto, preparado aqui uma apresentação, até porque, sabendo que ia estar aqui no meio de Autarcas, sendo eu um Autarca também, parecia-me interessante trazer-vos aqui uma intervenção que tem um bocadinho a ver com uma coisa que foi aqui dita e que eu considero muito importante. Foi dito pela Senhora Deputada Municipal, que o preconceito se

combate em pequenos contextos, próximo das pessoas, tem muito a ver, portanto, com o trabalho das Autarquias. Eu, aliás, à medida que vou participando nestas coisas, em vez de consolidar as certezas, vou ganhando novas dúvidas. Eu estava a ouvir aqui o discurso do meu Colega e às vezes entro em conflito com algumas ideias que são defendidas, pelo menos, quando elas são defendidas dentro de uma linha, que é uma linha que eu diria um bocado redutora, um bocado rígida se quisermos. Eu percebo e, isto agora dava-nos aqui uma conversa de duas horas, tenho assim uma espécie de comichão quando me falam em cotas, seja de que tipo for. Eu percebo que a cota pode ser, eu diria, uma medida transitória discriminatória para motivar uma maior participação, por exemplo, da mulher na vida política. Mas recuso-me terminantemente a viver numa sociedade por cotas, ou seja, uma sociedade que tem uma cota para os deficientes, uma cota para os ciganos, uma cota para as mulheres, uma cota para outras minorias étnicas e por aí adiante. Portanto, julgo que a cota, para mim, só faz sentido numa sociedade que está a construir um modelo inclusivo de participação e enquanto medida transitória. Penso que é preciso acrescentar isto, sobre risco de nós estarmos com um discurso que aparentemente é um discurso inclusivo, digamos, a tirarmos conclusões, que elas sim são muito pouco inclusivas. E isto, obviamente, porque para mim, do ponto de vista das competências e do ponto de vista dos direitos, não há qualquer diferença, não pode haver, entre o homem e a mulher, e desse ponto de vista estou perfeitamente de acordo com o meu Colega. A outra questão, por exemplo, tem a ver, e eu próprio trabalhei algum tempo com ciganos, com esta problemática dos ciganos. Eu estou perfeitamente de acordo com aquilo que foi dito e acho que aquilo que é importante fazer é termos consciência que é preciso respeitar as culturas que são distintas da nossa. Agora, o inverso também é verdadeiro, isto é, nós temos que ser capazes de construir uma sociedade onde as minorias, só por serem minorias, não se podem sobrepor do ponto de vista dos direitos às maiorias, e nós muitas vezes, em nome do politicamente correcto, ignoramos também esta realidade que é importante. Eu posso-vos dizer que disse isso uma vez numa reunião de formação de alunos ciganos, claro que tive alguma dificuldade em fazer-me ouvir na meia hora a seguir, mas eu acho que há aqui uma questão que é fundamental e que se aplica a todo o tipo de pessoas, a todos os tipos de grupos, que são grupos potencialmente discriminados, isto é, não pode haver direitos sem deveres, como não pode existir liberdade sem responsabilidade, ou seja, a responsabilidade é recíproca da maioria para a minoria e da minoria para a maioria. É um tema que eu sei que é polémico, mas para mim é fundamental perceber, isto porque da mesma maneira que eu acho que eu não tenho o direito de invadir o espaço cultural de uma pessoa cigana e tenho que respeitar a sua cultura, aliás se calhar eu mais do que ninguém até porque eu sou de antropologia e estou dentro daquilo que é o meu meio, essa pessoa também tem que respeitar o meu espaço cultural e, portanto, perceber que a minha realidade é distinta da sua. O que nós temos de ser capazes de construir são espaços, e isso o Dr. Luís também o disse, de conviviabilidade, temos que ser capazes de construir pontes sem pôr em causa as culturas individuais e que respeitem a diversidade cultural, independentemente dela estar associada a uma minoria ou estar associada a uma maioria. Esta é outra ideia que seria importante trazermos aqui, porque estas questões não são propriamente verdades absolutas. Eu sou como todos vocês um observador e sou sobretudo um cidadão que também, aqui ou acolá, vai sentindo na pele estas questões da discriminação e, particularmente, quando nós vamos caminhando para a idade, vamos sentindo um bocadinho mais de perto essas dificuldades. Eu hoje propunha falar-vos um bocadinho de barreiras, não propriamente aquelas barreiras arquitectónicas, porque essas são teoricamente, pelo menos se houver umas coroas trocadas, as mais fáceis de resolver, porque se tivermos três degraus, pode-se construir uma rampa com maior ou menor dificuldade, se não há acesso ao primeiro andar, se houver dinheiro, é claro que isso é sempre uma dificuldade, constrói-se um elevador. Mas eu gostava muito mais de vos trazer aqui

algumas reflexões sobre o outro tipo de barreiras que são, aquilo que já foi aqui falado também, barreiras sociais, que são barreiras culturais, que são barreiras que não têm a ver propriamente com aquilo que é o espaço edificado onde nós circulamos, com aquilo que são os degraus à porta do nosso Tribunal ou da nossa Autarquia, são questões que têm a ver com o preconceito, com alguma coisa que nós vamos construindo. Íamos falar então um bocadinho deste tema, que eu chamei aqui barreiras sociais e outras que tais, porque depois aqui, esta conversa é como as cerejas, nós puxamos por uma mas vêm quatro ou cinco atrás, de qualquer maneira parece-me que é um bom tema para esta conversa, vou procurar ser breve, mas não sei se consigo, porque tenho este problema de comunicação, que é não conseguir descomunicar. A Senhora Presidente está sempre, obviamente, com toda a autoridade de me mandar calar quando quiser. E dei-lhe aqui um subtítulo, que é “Quando a inclusão tropeça na cultura e nos preconceitos”. Nós já falamos aqui hoje certamente dez vezes em algumas palavras: igualdade, oportunidade, se calhar inclusão, não sei se já falamos tantas vezes, mas será que nós alguma vez reflectimos o significado, o conceito que está subjacente a estas palavras? O que é de facto incluir, o que é de facto a igualdade ou o que é que ela significa e o que é de facto o conceito de oportunidade? É tudo tão óbvio que pensamos que se calhar não vale a pena discutir, mas é importante termos presente que quando nós falamos em inclusão, estamos a falar de participação, estamos a falar de opção, estamos a falar de acção. Quando falamos de oportunidades, estamos a falar de colocarmos todas as pessoas no mesmo plano de escolhas, no mesmo plano de direitos. E quando falamos de oportunidades, obviamente, estamos a falar de possibilidades reais de exercício destes direitos. Já se disse aqui que a nossa Lei tem uma série de possibilidades, o problema é oportunidades para a exercer. Eu costumo até dizer uma coisa que é esta: o discurso de igualdade de oportunidades, Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, é um discurso bonito, por exemplo, no caso do nosso País, a nossa Lei consagra uma série de direitos, o problema depois é que não há possibilidades de exercer esses direitos. Portanto, digamos, que a intenção esbarra na acção, se quiserem. Essa é que é a grande questão, se calhar em vez de estarmos a falar aqui no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades, faria mais sentido se falássemos no Ano Europeu da Oportunidades de Igualdade, que são exactamente essas tais possibilidades de exercício de direito, que é isso que basicamente nos falta para além de outras coisas. Algumas questões prévias muito rápidas. Primeiro, quando nós falamos em barreiras, sejam elas quais forem, elas não caem do céu. Portanto, as barreiras sociais, obviamente que são destas que eu vou falar, não são uma invenção divina, são exactamente construídas, são alimentadas, são, pelo menos, autorizadas por nós. E se nós as construímos, se nós as autorizamos, obviamente que também temos poder para as desconstruir, para as eliminar, basta queremos, basta identificarmos essa possibilidade e depois estarmos disponíveis para avançar por aí. Depois, há outra questão, que é uma questão prévia, e que é esta: as barreiras sociais não são tão visíveis como o tal degrau de que eu falava ainda há bocadinho, daquele que temos que levantar a perna para o subir, mas tem um efeito muito mais perverso, porque enquanto a barreira física limita, um indivíduo em cadeira de rodas não consegue chegar à caixa Multibanco porque ela está muito longe, é uma limitação mas há aqui uma solução que é uma solução arquitectónica eventualmente, as barreiras sociais não, estigmatizam, excluem, se quiserem, e alimentam, obviamente, de uma forma muito intensa os processos de exclusão. Portanto, estas barreiras sociais acabam por ser muitas vezes as causas primeiras daquilo que são os processos de exclusão com os quais nós lidamos no dia-a-dia. É evidente que nós temos que reflectir aqui um bocadinho sobre a sociedade que somos, e isto dava aqui pano para mangas. Nós falamos muito em igualdade, mas a nossa sociedade, a regra social, a regra social de qualquer sociedade como a nossa que é fundada na reprodução sexual, é exactamente a contrária, é a desigualdade. Portanto, esta é uma questão curiosa, porque

quando nós dizemos “*todos diferentes, todos iguais*”, nós de facto queremos ser diferentes, nós não queremos ser iguais, ninguém quer ser igual, a não ser nos direitos. Portanto, se quisermos, o grande desafio que aqui se coloca quando nós falamos de promover a igualdade, é exactamente valorizar a diferença, promovendo planos igualitários no quadro dos direitos que estão subjacentes à nossa dimensão humana. E essa dimensão humana, como já foi dito, não tem nada a ver com raças, nem com credos, nem com opções políticas, nem com opções sexuais, é a nossa dimensão humana e nesse plano somos todos iguais do ponto de vista dos direitos, a partir daí deixem de ser diferentes, porque nós queremos ser diferentes. É um discurso um bocado esquisito, quando nós andamos todos os dias a pregar a igualdade. Aliás, nós aqui somos diferentes nas opções políticas, somos diferentes na maneira como nos vestimos, somos diferentes nos clubes de futebol, eventualmente há aqueles que gostamos e são os nossos preferidos, somos diferentes em muitas outras coisas provavelmente, não vale a pena estarmos agora a discutir e a descobrir as nossas carecas, para aqueles que as têm como eu. De qualquer maneira, é fundamental que nós tenhamos presente que a regra da nossa sociedade é a diferença e o grande papel que nós temos enquanto cidadãos é, tendo em conta essa diferença, promover condições de participação em igualdade de direitos. Esta é uma ideia que eu vos queria deixar. Depois uma outra ideia da nossa sociedade é que deixemos de histórias, nós evoluímos de uma sociedade que era espontaneamente solidária para uma sociedade que é programadamente solidária. Hoje a solidariedade que há uns anos era espontânea, que fazia parte até de certos núcleos sociais como a família, núcleos de proximidade como os vizinhos, hoje está muito mais dirigida, hoje ficamos todos muito contentes quando depois de uma campanha do pirilampo mágico, vou falar daquela que eu conheço melhor, compramos um pirilampo mágico e pronto já fizemos a nossa boa acção, podemos ir dormir descansados. A solidariedade não é isto. Ser solidário é sobretudo estar presente na identificação do problema, mas concretamente na sua solução também, e é essa dimensão de solidariedade que nós temos que construir, nós todos, temos que ser capazes de identificar, não chega só tomar a medida no sentido da correcção do factor de exclusão, é preciso estarmos disponíveis para participar na solução. Depois outra ideia muito rápida, é que a tradição existencialista deixa marcas, nós temos de saber fazer esta ponte entre aquilo que é um conceito de caridade, porque a caridade resolve o problema momentaneamente, porque ele vai reaparecer; a solidariedade não, a solidariedade aponta para uma solução de longo prazo, para uma solução mais definitiva. E depois, aquilo que eu já tinha dito que não se pode pensar em igualdade de oportunidades, quando de facto aquilo que escasseia são oportunidades de igualdade. Se quisesse aqui deixar-vos uma tentativa de definição daquilo que para mim são barreiras sociais, eu diria que são todo o tipo de obstáculos ao exercício total ou parcial de direitos, individuais ou de cidadania, que são resultantes de atitudes ou convenções sociais explícitas ou implícitas. Isto pode parecer assim uma definição um tanto académica, um tanto esquisita, se calhar difícil de compreender, mas o essencial daquilo que se diz aqui é que para mim as barreiras sociais são todo aquele conjunto de factores resultantes de atitudes, resultantes de propostas feitas pelas pessoas como nós, pelos políticos como por exemplo, que directa ou indirectamente, põem em causa a tal igualdade de direitos que os cidadãos, as pessoas, têm que ter, e às vezes à pala de boas intenções. As origens das barreiras sociais: há uma origem que é cultural e que decorre de atitudes que são construídas a partir do senso comum de uma determinada comunidade ou grupo, por exemplo, em Portugal até há bem pouco tempo, e até hoje, deficiente era igual a inválido, coitado deve ser protegido, isto é uma ideia, digamos, um preconceito cultural, porque o deficiente, a pessoa com deficiência melhor dizendo, é uma pessoa com competências, com capacidades, obviamente que com o ponto de partida para a tal igualdade de oportunidades que são diferentes dos meus, que não tenho uma deficiência tão expressa como essa. Mas só

precisamos de corrigir esse ponto de partida, porque de resto temos é que o responsabilizar e que lhe dar oportunidade para ele afirmar as suas competências e as suas capacidades. Mas este discurso de deficiente é igual a inválido, é um discurso que ainda permanece em muitos circuitos, “coitado, olha ali coitadinho com aquela perninha ali toda a bambolear”. Quer dizer, é um discurso que prevalece e isto de facto constitui-se como uma barreira. Claro que sim, porque depois é um preconceito que alimenta uma competência menor por parte daquela pessoa relativamente às outras, que com ele competem no mercado de trabalho. E depois há barreiras sociais que são de origem política. Já falamos aqui de algumas e obviamente que não há nenhum limite, por exemplo, para uma pessoa com deficiência mental integrar num concurso para a função pública, o problema era outro. O problema é que as provas de acesso para esses lugares eram feitas a pensar em pessoas que não eram pessoas com deficiência mental. E essas pessoas, se faziam provas de acesso à função pública, nunca eram admitidas, porque nem sequer chegavam lá, ou seja, não se exercia uma coisa que se chama discriminação positiva, no sentido de que o ponto de partida daquela pessoa que parte para um concurso numa situação de desvantagem, pudesse ser corrigido de maneira a que ela pudesse exclusivamente afirmar as suas competências para a função concreta e não propriamente em função de um conjunto de conhecimentos que deveria ter e não tem. Portanto, acho que é também uma ideia que era preciso reter. Há aqui algumas barreiras, eu vou passar isto muito rapidamente porque não queria também ocupar-vos muito tempo, mas só para terem uma ideia de que passávamos aqui o resto da noite, por exemplo barreiras comunicacionais, que são imensas. Nós estamos numa sociedade que foi construída, é toda ela construída para uma espécie de um cidadão standard que não existe, não existe. Portanto, faltam-nos códigos adaptados, as instruções que nós temos em qualquer lado são feitas para que pessoas que vêem ou para pessoas que ouvem. E, então, o resto? Então os cegos? E os surdos? Vocês já pensaram bem, nós às vezes pensamos na pessoa surda como uma pessoa que até tem a possibilidade de ter o intérprete de língua gestual que os coloque em dia com alguma informação. Mas vocês já pensaram alguma vez que enquanto o nosso processo de aprendizagem, de qualquer falante, envolve, por exemplo, umas centenas, uns milhares de pessoas, um surdo faz um processo de desenvolvimento de criança para adulto, digamos, limitado a uma comunidade que às vezes não chega a meia centena de pessoas? E que isso corresponde a um défice de informação, a um défice cultural que é praticamente irreparável ao longo da vida? Se a isso acrescentarmos depois que todos os meios de comunicação que nós temos estão vocacionados para o tal cidadão standard, que na minha opinião não existe, mas pronto que somos basicamente todos nós, então pensamos que a discriminação que é gerada a partir desta ausência, desta ausência de códigos adaptados, ausência de meios alternativos de comunicação, para quem tem deficiências mais severas. Hoje em dia há pessoas com deficiências mentais mais graves por exemplo, e que precisam de sistemas alternativos de comunicação e que não podem comunicar pura e simplesmente porque eles não são utilizados na nossa qualidade, são utilizadas na CERCI, na organização, mas que os limita. Portanto, o universo deles fica limitado aquele espaço, que é o espaço que se calhar devia ser só uma porta para o exterior. E depois a inacessibilidade dos códigos linguísticos. Reparem uma coisa: grande parte do discurso e, particularmente, o discurso político, é feito para uma elite. Não sei se repararam, eu costumo dizer isto, não tenho nenhum dado científico, mas eu tenho a impressão que se nós pegarmos num despacho, num despacho que vem de um Governo qualquer, naquela linguagem que nós conhecemos, que é aquela linguagem formal e o déssemos a ler à nossa população em geral, já nem falo nas pessoas com deficiência, mas à população em geral e dissesse “interprete este despacho”, se calhar chegávamos à conclusão que o nível de iletracia das pessoas era muito superior aos tais 30% que se fala para aí, se calhar é mais de 60%, porque estamos a falar de linguagem complexa. Agora, quando vocês remetem este tipo de

linguagem erudita, complexa, estas palavras de vinte e cinco tostões como nós chamamos, para as pessoas que já de si têm dificuldade de comunicação, verifiquem o que é que isso significa do ponto de vista da construção de mecanismos de exclusão. Desculpem lá eu estar a falar muito depressa, mas é só para não queimar muito tempo. A acessibilidade aos serviços públicos, por exemplo, não há atendimento especializado. Eu não sei, mas imaginem, na Autarquia não sei, mas eu vejo por exemplo lá em Peniche, na minha, se for lá uma pessoa surda se calhar tem de marcar para o dia seguinte, para ver se conseguem encontrar algum intérprete de língua gestual que vá lá saber o que a pessoa quer ou então a pessoa escreve num papelinho se souber escrever, mas há surdos que não escrevem, o que é uma chatice. Isto numa Autarquia, obviamente que nós também não podemos querer ter recursos especializados em todo o lado, é um absurdo. Agora o que já é ainda mais absurdo, é que em espaços de atendimento massivo, como é por exemplo um Hospital de Santa Maria, não existam técnicos especializados para este tipo de clientes, que são clientes, que são cidadãos que recorrem ao hospital, como eu recorro, e que têm o direito de serem informados sobre a sua situação, para não falar em outras coisas. Eu, por exemplo, há uns tempos numa sessão de tribunal, sobre um caso de interdição, em que estava envolvida uma pessoa minha amiga, uma mãe de uma jovem com deficiência profunda, que praticamente não fala, o Juiz queria à viva força que aquela jovem dissesse que concordava com a situação de interdição. Se ela não fala, como é que ela vai dizer? Criou-se ali uma situação, que para mim era um bocado confrangedora, porque não faz sentido. Isto quer dizer que às vezes os códigos, as atitudes não estão muito ajustados àquilo que são as realidades. E depois, enfim, as instruções de serviço também não. Há ainda outros exemplos comuns de barreiras, há participação social como preconceito, já falamos muito disso aqui. Como é que nós sabemos, por exemplo, que uma pessoa com deficiência mental não é competente para o exercício de uma função qualquer, se não lhe damos a oportunidade para experimentar? Eu posso-vos dizer, por exemplo, que um dos melhores soldados eléctricos navais de Peniche era um jovem com uma deficiência mental moderada, não fazia mais nada, mas na soldadura, nas soldaduras circulares, por exemplo, que é uma soldadura difícil de fazer, se vocês conhecem isso, era o melhor operário que aquela casa tinha. Teve oportunidade, porque se por acaso não tivesse tido, hoje não sabíamos se ele era bom, se era mau, porque ele não tinha passado por lá. E isto passa-se, é preciso construir-se oportunidades se de facto queremos falar em igualdade. Depois há outra questão que também é muito nossa, e que eu discordo em absoluto, que é uma certa forma proteccionista, paternalista, que nós temos de entender estas coisas. Quando eu defendo o emprego da pessoa com deficiência não o faço porque ela é deficiente, faço-o porque eu acho que ela tem competências para participar economicamente, pela via do trabalho, para ser uma cidadão, obviamente, igual aos outros, porque se não fosse competente não era o facto de ser uma pessoa com deficiência que lhe deveria dar o direito a participar pelo trabalho. Há aqui uma questão, se quiserem, de direito/ dever que eu continuo a achar que é muito importante. Há aqui algumas sugestões, que eu para terminar quase vos ia deixar. É evidente que se nós queremos começar a eliminar barreiras, a linguagem fácil é um caminho inevitável. Pensemos só nas pessoas que temos no nosso concelho, não é preciso irmos muito longe, e tentemos saber se a informação que nós produzimos, às vezes até no nosso site ou no nosso boletim municipal, chega às pessoas todas. Tem de chegar a todas, se nós queremos falar numa sociedade inclusiva tem de chegar a todas, mesmo àquela que tem as maiores dificuldades de leitura. Nós quando trabalhamos a informação, trabalhamos sempre para um patamar que é um patamar às vezes acima da média. A facilitação de acesso de meios auxiliares de comunicação, já falamos de alguns; ter pessoas nos serviços públicos, eu falo nisto porque conheço isto bem de perto, que sejam especializadas, que sejam pessoas que pelo menos tenham conhecimento para poder dar algum apoio a estas pessoas com deficiência; simplificação das mensagens;

combate ao preconceito; e, sobretudo, reforço à auto-representação, por exemplo seria muito interessante, e aí eu estou de acordo com o meu Colega, que neste tipo de sessões pudéssemos ouvir testemunhos de pessoas que são vítimas de exclusão, por exemplo, ouvir o cigano, falamos no cigano, ouçamos o cigano, ouçamos a pessoa com deficiência mental, ouçamos as mulheres, já ouvimos, mas ouçamos mais, se calhar aquelas mulheres que não têm oportunidade de ter este tipo de participação que a Colega teve aqui, e brilhante que foi. Portanto, para essas que não têm oportunidade, vamos criar espaços para que elas possam dizer aquilo que sentem e aquilo que pensam. Se calhar não construímos, mas continuamos a falar de igualdade de oportunidades, vira o disco, oportunidades de igualdade. E chama-se a isto o reforço da auto-representação, ou seja, pôr as pessoas, as tais pessoas que estão nestas situações, a falar para estas próprias. Eu vou já terminar. Fui aqui buscar quatro citações, porque acho que não vale a penas estarmos a inventar palavras que já foram ditas, portanto, se estão ditas estão ditas, e se eu concordo com elas subscrevo-as. Há aqui uma ideia do La Rochefoucauld que diz que “Há pessoas desagradáveis apesar das suas qualidades e outras encantadoras apesar dos seus defeitos”. Penso que isto é uma ideia interessante, que nós devíamos colocar quando abordamos estas questões da igualdade de oportunidades ou das oportunidades de igualdade. Penso que entendem o alcance deste conceito se quiserem, que tem exclusivamente com o facto da dimensão pessoa e do erro que é pudermos fazer julgamentos precipitados em função de uma marca qualquer que essas pessoas possam ter. A outra ideia é do Camus quando ele dizia “Eu não quero ser um génio, já tenho problemas suficientes ao tentar ser um homem”. É que de facto é complicado nesta sociedade, e o problema não é ser complicado porque isso nós já sabíamos, é que continua a ser muito mais complicado para uns do que para outros, muito mais complicado para umas do que para outras, se quisermos colocar aqui este género também. A terceira ideia é “Se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir”, porque dizer o que elas querem ouvir, meus amigos, é muito fácil, agora dizer o que as pessoas não querem ouvir, mas têm de ouvir, isso é que é difícil. Este debate sobre a inclusão, sobre o combate à discriminação, implica que nós no momento certo digamos às outras pessoas coisas que elas não querem ouvir, mas têm que ouvir se queremos mudar, porque se não continuamos todos a ser politicamente correctos e à espera que as mudanças caiam do céu e elas não vão cair. A última ideia e esta é que é importante “Nós para os outros apenas criamos pontos de partida”, isto é, os outros continuam a ser muito mais importantes, por muito que nós valorizemos aquilo que eles são no nosso discurso. Nós não somos os outros, apenas ajudamos a criar pontos de partida. Obrigado, era só isto que eu vos queria deixar, penso que ficou aqui alguma matéria para reflexão. =====

===== A Assembleia Municipal aplaudiu. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =

===== Muito obrigado Senhor Prof. pela sua generosidade, pela sua disponibilidade, pela sua boa disposição e, apesar dos seus defeitos, o Senhor é uma pessoa encantadora. Dando seguimento à nossa Sessão, nós temos uma moção para aprovar na sequência deste tema, e ninguém melhor para a sua leitura do que a alma mater desta temática na Câmara Municipal, a nossa Vereadora da Acção Social Dra. Gracinda Leal. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal para apresentar a moção, que se passa a transcrever: =====

=====
 “Instituído nos termos da Decisão n.º 771/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades Para Todos 2007 pretende, como objectivo geral, sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção da igualdade e da não discriminação. Evoca-se, assim, este desígnio, inscrito nos mais altos valores da Humanidade e transversal, no espaço e no tempo, a todas as civilizações, assumindo a horizontalidade plena da necessidade inadiável para que sejam respeitadas as mesmas oportunidades, independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual. -----
 Esta clara preocupação consta, aliás, da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente do seu artigo 13.º, que determina: -----

“1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. -----

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação”. -----

Assim, imbuída deste espírito solidário e desta missão igualitária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em sessão temática em 24 de Outubro de 2007, delibera o seguinte: -----

1. Fazer seus os objectivos e intenções da Decisão n.º 771/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Pretende também, como objectivo geral, sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção da igualdade e da não discriminação e aplicando o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas; -----

2. Colaborar, enquanto Órgão Autárquico, para que se aprofunde a discussão dos temas relativos à promoção da igualdade de oportunidades, procurando sensibilizar todos os municípios para uma progressiva consciencialização dos objectivos atrás enunciados; -----

3. Pugnar, enquanto Autarcas e Cidadãos, para que sejam respeitadas as mesmas oportunidades, independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, em todo o nosso município e com todas as entidades que com ele se relacionem”. =====

=====
 Pela Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi dito: =====

=====
 Muito obrigado Dra. Gracinda. Vamos colocar então à votação esta Moção, que a ser aprovada, será enviada uma cópia à Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos. =====

=====
 Colocada à votação a Moção apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade e aclamação. =====

=====
 A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =

=====
 De seguida, o Dr. Isidro Figueiredo irá ler um ofício que nos foi remetido pelo Senhor Governador Civil, na impossibilidade de puder estar presente. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, para ler o ofício enviado pelo Senhor Governador Civil de Aveiro, Ex.mo Senhor Dr. Filipe Neto Brandão. =====

===== “Ex.mos Senhores Presidentes, -----
 Impossibilitado de poder corresponder ao amável convite que me foi dirigido por V. Exas., não quero, porém, deixar de agradecer aquele e, sobretudo, de expressar o meu reconhecimento pela realização, em Oliveira de Azeméis, de uma reunião da Assembleia Municipal subordinada ao tema “Igualdade na Diversidade – Por uma Sociedade Justa”, integrada nas comemorações, nesse município, do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. -----
 Ao fazê-lo, a Assembleia Municipal prestigia, a um tempo, o poder local e, bem assim, o próprio município de Oliveira de Azeméis bem como todo o distrito de Aveiro. -----
 Quero, pois, felicitar todos os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis – agradecendo ao seu ilustre Presidente o favor de se fazer portador desta mensagem – na certeza antecipada de que essa Sessão Temática muito irá contribuir para a divulgação da mensagem da inclusão e da solidariedade em Oliveira de Azeméis, com a conseqüente consciencialização dos direitos dos cidadãos mais expostos ao fenómeno da discriminação que importa, hoje e sempre, erradicar. -----
 No ano em que se celebra o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – e no semestre em que Portugal é chamado a exercer a Presidência da União Europeia – Oliveira de Azeméis assume o seu lugar no combate por uma Europa unida na promoção da igualdade de género, na integração dos imigrantes e das pessoas com deficiência, na luta contra a discriminação racial e no respeito pela diversidade na orientação sexual... -----
 A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis está, pois, de parabéns e, com ela, todos os Oliveirenses que tão dignamente representa! -----
 Com os melhores cumprimentos pessoais -----
 O Governador Civil de Aveiro -----
 Filipe Neto Brandão” =====

===== A Assembleia Municipal aplaudiu. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =

===== Muito obrigado Dr. Isidro Figueiredo. Agradecia aos Serviços que depois enviassem também ao Senhor Governador Civil uma cópia da Moção que hoje aqui foi aprovada. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, continuou: =====

===== À semelhança das outras Sessões normais, há sempre um período destinado ao Público e hoje temos também esse período. Um período de trinta minutos, com uma intervenção de cinco minutos para cada pessoa. Quem estiver interessado, agradecia que fizesse aqui a inscrição aqui junto ao Senhor Grifo, na Mesa. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os seguintes pedidos de inscrição: Dra. Ana Paula Pinto, Senhor Manuel José Pinto Nunes e Dr. Fernando Ferreira.* =====

===== *A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, concedeu o uso da palavra à Dra. Ana Paula Pinto, Directora de Formação Profissional da CERCIAZ, que interveio da seguinte forma:* =====

===== *Boa noite a todos. Eu sei que nestas situações há sempre uma situação um bocadinho protocolar de cumprimentos, mas eu para não falhar, uma boa noite a todos. Eu só queria fazer dois pequeninos apontamentos. Obrigado pelo convite, eu gosto muito desta temática, eu trabalho com a deficiência, e não me levem a mal, nem entendam isto como uma atitude discriminatória, é sobre ela que eu vou dar um pequenino apontamento. Eu gostei muito de ouvir o Prof. Rogério, concordo plenamente com ele em algumas questões, e queria falar neste aspecto, queria falar na CERCIAZ. Eu não sou da fundação da CERCIAZ de todo, só estou lá há dezassete anos e, de facto, eu trabalho com a deficiência mental. Sou directora de formação profissional, ou seja, estou ligada muito à formação dos jovens portadores de deficiência. Acreditem, é um trabalho difícil. Eu gosto muito e por isso estou lá há tanto tempo, com bastantes dificuldades, nem sempre é fácil, ou geralmente não é fácil. De qualquer forma, as pequenas vitórias são sempre muito compensadoras. Tudo isto, para quê? De facto as pessoas merecem uma oportunidade. E muitas vezes, quando a situação económica não é tão favorável, porque nós também já passamos esse período, a situação económica era favorável e nós conseguimos integração profissional de jovens, integração profissional com qualidade. Portanto os jovens eram capazes, os jovens desempenhavam as funções para as quais tinham sido admitidos. Na primeira leva de aperto económico no nosso concelho, no nosso distrito, os nossos jovens foram os primeiros a ser despedidos. Veio a segunda leva, e os nossos jovens novamente foram os primeiros a ser despedidos. E, de facto, o Prof. Rogério disse aqui uma coisa, eles foram despedidos não porque não executavam bem as tarefas, mas foram despedidos porque eram deficientes. E, portanto, na cadeia eram o elo mais fraco. Isto é duro para quem trabalha com este tipo de jovens, sentir na pele aquilo que eles sentem. E vocês podem pensar assim “mas a Dra. não é deficiente”. Não, mas sou diferente e vivo com a diferença e com a deficiência, desde que nasci. O meu Pai é deficiente, o meu Pai trabalhou até à idade da reforma, o meu Pai descontou como toda a gente desconta para a Segurança Social, pagou os impostos, vota quando vem as eleições, nestas últimas não, porque ele está zangado com o Poder Político. E porquê? Porque se quisesse vir aqui, não vinha. Ele hoje está de cadeira de rodas, não vinha. O meu Pai trabalhou a vida toda, deu um curso à filha, deu um futuro ao filho e deu-nos armas para lutar. Nós vivemos toda a vida com a discriminação. É óbvio e evidente que eu hoje entendo e consigo ultrapassar, na altura foi duro, eu era uma criança como era o meu irmão. Portanto, o meu Pai tem os direitos, é igual e não é. Para comprar um carro ao abrigo da Lei para deficientes, vocês não imaginam o que nós passámos. Para o meu Pai ter o dístico para estacionar aqui na cidade, vocês não sabem o que eu passei. Vocês não sabem o que a minha Mãe passa quando quer estacionar o carro no sítio para deficientes, está sempre ocupado. Oliveira de Azeméis tem o maior número de deficientes com carro, eu nunca vi, está sempre ocupado, todos os sítios. Uma coisa é certa, são deficientes, mas são encartados. Todos têm. É duro, é-se maltratado, não se pode aceder. Felizmente à Câmara Municipal sim, pelo menos ao primeiro patamar, à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis também. Eu só queria dizer isto, é assim: é duro, pode-se falar no abstracto e é interessante, de facto, mas depois na prática as barreiras sociais e as barreiras culturais, é muito duro. Eu costumo dizer isto e não me levem a mal: eu gostava que as pessoas não precisassem de ter na família uma situação*

discriminatória para saberem dar o valor. Gostava, porque é assim: vocês podem dizer assim “se calhar ela tem aquele discurso porque o Pai é”. É assim, o meu Pai para mim é normal, porque eu não o conheci de outra maneira e, se calhar, mesmo que o conhecesse era, mas ele é normal dentro da diferença que tem. O meu Pai é uma pessoa normal e, portanto, eu não vejo a deficiência por esse lado, a pessoa portadora de deficiência por esse lado. A mim é extremamente conflagrador, ao fim de tanto tempo, achar que muito pouco ou nada se evoluiu. Se calhar é o nosso trabalho que falha, se calhar a gente não consegue chegar às outras pessoas, mas é duro, às vezes é muito duro, porque torna-se difícil. E vocês também podem dizer assim “mas há pessoas deficientes que trabalham”. Há, motoras, e o meu Pai também teve essa oportunidade, porque na família houve alguém que era empresário e lhe deu emprego. Também é verdade, porque se calhar não tinha trabalhado. O meu Pai trabalhou sempre, era empregado por conta de outrem, depois ficou doente, tiveram um negócio por conta própria e depois porque o meu Pai no sítio onde vivíamos já não saía de casa, porque era apontado, porque era coitadinho, a minha Mãe não saía de casa connosco e, portanto, nós acabamos por ficar tipo um gueto dentro de nossa casa. Então, mudámos de localidade e viemos para Oliveira de Azeméis, que era a terra da minha Mãe e foi assim que as pessoas, no local de emprego do meu Pai, aceitaram-no dentro daquilo que ele era, porque também não o conheceram como ele era dantes. Isso é um factor interessante. Pronto, isto é a parte pessoal, eu peço desculpa se me alarguei um bocadinho. A parte profissional, é assim: eu penso que a CERCIAZ tem tentado cumprir o seu papel de elemento de inclusão dos jovens que forma, que educa. Tentamos sempre ter as portas abertas para que a população, a sociedade civil, vá à CERCIAZ, usufrua dos serviços que nós temos, nomeadamente a piscina, que é lado a lado com o centro de formação, com o centro das actividades ocupacionais e com o centro educativo. Portanto, pode haver sempre uma partilha, as pessoas podem entrar na CERCIAZ, porque os portões estão sempre abertos. Nós fazemos sempre questão que as pessoas entrem e fazemos também sempre questão em participar com as outras entidades quando elas nos convidam. Verdade seja dita que, uma vez ou outra, a gente também se fez convidado, mas resultou, porque nos anos seguintes convidaram-nos, começaram-nos a convidar. Isto é o atrevimento. Eu gostava também de focar o papel da Câmara Municipal, e vai-me desculpar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas na pessoa da Dra. Gracinda, por isto: porque quando foi o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, de facto, fez-se algumas actividades como as que se estão a fazer agora, a desenvolver agora e a CERCIAZ percebeu que a Câmara poderia ser um parceiro dinamizador do nosso trabalho, com trabalho também. Criaram a Comissão Concelhia para a Deficiência. Eu penso que é de louvar o trabalho desenvolvido e penso que seria bom intensificar, e eu sei que sim porque eu conheço o trabalho, é importante, como é importante também aquilo que actualmente está a acontecer, que são os protocolos com a Câmara Municipal. Actualmente, eu acho que é público porque vem no jornal, portanto, não estou a cometer nenhuma inconfidência, formandos da CERCIAZ estão a fazer trabalhos de jardinagem, tanto ao nível das rotundas como de algumas urbanizações. Eu penso que está a correr bem, estamos no primeiro mês, é o primeiro mês de arranque, eu estou a acompanhar muito de perto este trabalho e gostava, as rotundas toda a gente passa lá com certeza e isso vinha no jornal discriminado, que vissem o trabalho que eles desenvolvem. São jovens entre os dezasseis e os vinte e cinco anos, estão seis jovens nesse projecto, mais uma pessoa que é da área da hortofloricultura, e que é interessante. Eu acho que é uma forma que a Câmara também conseguiu de ajudar a mostrar o trabalho que estes jovens podem executar e, quiçá, será o primeiro passo para futuras integrações. Para terminar é assim: vocês são dezanove freguesias, integrem um de cada vez e eu tenho logo dezanove integrações. Era bom, porque eu acho que era interessante darem a oportunidade, pelo menos, a dezanove, porque eu tenho a certeza que se calhar não seriam dezanove a seguir,

seriam para aí uns vinte ou vinte e cinco. Eu peço desculpa pelo meu atrevimento. Muito boa noite e obrigado. =====

===== A Assembleia Municipal aplaudiu. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel José Pinto Nunes, que disse: =====

===== Ex.ma Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Uma saudação muito especial ao Senhor Dr. Luís Pascoal e ao meu Amigo Prof. Rogério Cação, por esta brilhante noite dedicada à Igualdade de Oportunidade para Todos. Eu vim apenas para responder a um honroso convite que nos foi feito, mas muito especialmente pelo convite que me foi hoje de tarde lançado pela Vereadora do Pelouro da Acção Social, Dra. Gracinda. Estou cá com muita honra e vou obviamente falar um pouco mais da CERCIAZ. Se calhar vou repetir algumas coisas e peço desculpa por isso. Sou Manuel Pinto Nunes, toda a gente me conhece, sou Pai também de uma criança, menina, que também tem alguma diferença, daí a minha ligação à CERCIAZ e na minha função também de dirigente, vou referir-me a dois aspectos diferentes. Não quero de maneira nenhuma ultrapassar os distintos oradores, pelo contrário, peço desculpa da minha modéstia, mas há dois aspectos que eu quero abordar, para além do trabalho que a CERCIAZ exerce dentro de suas portas com cento e vinte e cinco utentes, e são apenas dois. O primeiro é o trabalho desenvolvido pela equipa multiprofissional, está cá gente na sala que a conhece e faz parte dela, que constituiu um protocolo com o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, cuja equipa é constituída por dois médicos, uma professora especializada e pela psicóloga da CERCIAZ, em regime de voluntariado. Trabalham em consultas semanais e têm por finalidade o despiste e orientação de crianças dos quatro aos dezoito anos, com necessidades educativas especiais. No ano lectivo anterior, 2006/2007, fizeram a avaliação e foram vistos, só no nosso concelho de Oliveira de Azeméis, cento e noventa e um alunos, sendo cento e dezoito do sexo masculino e setenta e três do sexo feminino, e a faixa etária mais frequente foi dos sete aos onze anos. Foram vistas em casa e acompanhadas por esta equipa. O problema destas crianças são essencialmente as alterações de comportamento e as graves dificuldades de aprendizagem. São alunos que os professores dificilmente conseguem enquadrar. É-lhes feita uma avaliação e a consequente orientação para outros serviços. O segundo projecto, CERCIECAE - Caminhos Encontrados Reais Comuns Inovadores com Alguém Especial, é um projecto co-financiado pelo Ministério da Educação também está a exercido pela CERCIAZ. Este projecto, iniciado há três anos, consta do acompanhamento dos alunos, pais e encarregados de educação desses mesmos alunos, em três dos sete Agrupamentos das Escolas do concelho de Oliveira de Azeméis, onde existem unidades de intervenção especializada ao apoio à multideficiência. Os três Agrupamentos abrangidos são: o Agrupamento Bento Carqueja da Escola EB 2/3 Bento Carqueja e a Unidade de Intervenção Especializada de Macinhata da Seixa; o Agrupamento de Cucujães que engloba a Escola EB 2/3 Dr. Ferreira da Silva e a Unidade de Intervenção Especializada de Faria de Baixo; e, o Agrupamento de Loureiro, que abrange apenas a Unidade de Intervenção Especializada de Loureiro. São vinte e seis alunos e os respectivos encarregados de educação, não só os alunos, e técnicos abrangidos nesse projecto. Dos vinte e seis alunos, sete são portadores de deficiência, dezanove com deficiência mental moderada grave. É um trabalho semanal de articulação nas respectivas escolas, que a CERCIAZ faz, que a psicóloga faz, com alunos e professores e integram-se nas nossas oficinas da pré-profissional e nas actividades da vida diária. Perante a elaboração de um plano educativo e tendo em conta a especificidade de

cada aluno, fazem hidroterapia, na piscina com os de paralisia cerebral; boccia, com o Prof. da CERCIAZ especializado; actividades oficinais e ocupação dos tempos livres, que inclui música, computadores e artes plásticas. Atrevo-me a fazer este apontamento, com o devido respeito por tudo quanto já foi dito, porque se trata de um trabalho quase invisível, provavelmente desconhecido pela sociedade Oliveirense, mas importantíssimo e que entendo bem enquadrado nesta temática “Igualdade na Diversidade – Por uma Sociedade Justa”. É tudo, muito obrigado.

===== A Assembleia Municipal aplaudiu. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, Membro da Assembleia Municipal, do PS. =====

===== Muito boa noite. Cumprimentos à Mesa, à Vereação e ao Público aqui presente. Eu venho trazer aqui a esta Assembleia, também como motivo de reflexão, um caso que não tem a ver propriamente, se não seria repetitivo, com as duas últimas intervenções. De facto, merecem um relevo especial, porque perante uma sociedade materialista, consumista e altamente concorrencial, estarmos a falar da integração de pessoas não deficientes, mas com deficiência, será arrojado e os profissionais que trabalham nessa área merecem da minha parte, porque tenho na família alguém que trabalha com deficientes, e é de facto uma obra de missão e de apego, que nunca será demais enaltecer. Não é sobre esse ponto de vista, queria partilhar com vocês todos um caso que aconteceu aqui há uns anos, vivenciado exactamente por mim, e que nem tem a ver propriamente com a questão da integração da deficiência, tem a ver mais com aquilo que nós estamos a falar hoje, que é por uma sociedade justa e a igualdade na diversidade. Aqui há uns anos eu exercia funções de gestão numa empresa, em que foram contratadas várias pessoas para trabalhos indiferenciados. Na altura, recordo-me que um dos Ucrânicos, um jovem com vinte e cinco anos, não tinha mais, foi contratado para uma linha de produção na área da litografia. A litografia é uma área de produção que essencialmente aplica tintas a um determinado produto, no caso era a chapa. Essa máquina era uma máquina que tinha custado largos milhares de contos, comprada a uma empresa italiana. Paralelamente ao contrato de compra e venda, um contrato de manutenção, também caro obviamente, e que implicaria, aquando de alguma anomalia na máquina, que viesse um técnico de Itália, expressamente para reparar a máquina. Nós contratamos o Ucrânico, nós a empresa, para estar ali na linha de produção a ver se a aplicação da tinta estava correcta, só um trabalho absolutamente indiferenciado que dava para qualquer pessoa fazer, por muito poucas habilitações que tenha. O que é certo é que a máquina ao fim de dois meses avariou e uma máquina dessas avariar implicaria a paralisação completa de toda a linha produtiva da fábrica. Na altura, pensou-se falar com Itália, o técnico vem mas só vem daqui a duas semanas. Entretanto o rapazito de vinte e cinco anos que lá estava começou a olhar para a máquina, o Ucrânico, mal falava, falava um inglês muito mal dito, começou a olhar para aquilo e disse “eu consigo reparar a máquina”. O que é certo é que reparou a máquina e nós ficamos estupefactos. O homem tinha Mestrado em Engenharia Electrotécnica e Sistemas de Mecanização Horizontal, nome complexo, e o que é facto é que o rapaz arranhou a máquina, tinha uma competência inacreditável e, obviamente, subiu de produção e ainda hoje o homem continua a trabalhar lá, obviamente não está num trabalho indiferenciado, está num trabalho de responsabilidade técnica, e ascendeu. Na altura, perguntamos-lhe “é pá, vens para cá e porque é que tu não dissesse que tens o curso de engenharia, ilustrado neste sistema?” Ele respondeu “é que se eu dissesse nunca me contratariam”. Isto é uma reflexão para todos nós, é uma

reflexão para todos nós até que ponto é que as pessoas, para se integrarem na tal diversidade, conseguem ascender a patamares mais baixos e a sujeitar-se. Aquele homem estaria a trabalhar quatro, cinco, seis anos, se não acontecesse a avaria da máquina, em vez de ele ganhar quatrocentos euros, nunca ganharia os mil e quinhentos euros que está a ganhar hoje. Nesta sociedade concorrencial, e já não pegando nas afirmações das duas pessoas que me antecederam, com todo o respeito, eu sou o primeiro a curvar-me, primeiro pela coragem que tiveram aqui, da primeira pessoa que veio intervir, devemos enaltecer a coragem que ela teve em vir cá expor-se, não é fácil, isto não é fácil; e, em segundo lugar, a sociedade de hoje que é extremamente exigente connosco, até para nós que não somos pessoas com deficiência. Agora aqui virado para o Senhor Prof., com todo o respeito que tenho por si, achei que face à exiguidade de tempo que teve, e isto merecia estarmos aqui toda a noite, a sua exposição foi brilhante, a todos os níveis. Eu queria só fazer-lhe uma pequena correcção, se calhar isto passou despercebido à maior parte das pessoas, mas eu tenho em mãos, eu sou advogado, agora um processo de interdição. E quando o Senhor Prof. disse há bocadinho que ficou de alguma forma alarmado por um juiz ter dito à pessoa, pelo menos foi assim que eu percebi, se não foi corrija-me, “então a senhora quer ser interdita”, foi isso não foi? Uma das exigências que a Lei, eu não vou estar aqui a debitar erudição, mas uma das exigências que a Lei determina, é que a pessoa não tenha a consciência da sua própria inibição, ou seja, a pessoa não pode responder a uma pergunta dessas, porque se responde não tem consciência daquilo que se está a fazer. E é só nessa perspectiva, sem qualquer intuito crítico e era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado e parabéns à Assembleia Municipal por esta realização e, fundamentalmente, a si Senhor Prof. pelo brilhantismo da sua intervenção. Muito obrigado. =====

===== A Assembleia Municipal aplaudiu. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =====

===== Muito obrigada ao Senhor Dr. Fernando Ferreira. A realização da nossa Assembleia já vai um pouco longa, amanhã é dia de trabalho e, portanto, pedem-me os Serviços para aprovarmos a acta por minuta. =====

===== Antes de terminar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse: =====

===== Terminada que está esta Sessão, muito boa noite e muito obrigada a todos pela vossa disponibilidade. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 23h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====